ESTADO DO AMAPÁ - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ - TJAP
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA : MAIO/2018 A ABRIL DE 2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGOST/18	SET/18	OUT/18	NOV/18	DEZ/18	JAN/19	FEV/19	MAR/19	ABR/19	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	19.743.015,07	27.703.605,61	20.212.673,64	19.849.675,18	19.908.571,68	18.421.309,42	28.871.840,11	18.856.206,94	21.771.075,02	20.994.105,04	19.965.055,14	22.891.051,43	259.188.184,28	103.292,96
Pessoal Ativo	19.341.741,98	26.982.406,50	19.925.860,28	19.420.409,39	19.473.211,67	19.100.411,38	28.309.299,10	18.476.390,81	21.344.591,35	20.567.621,37	19.576.049,13	22.425.197,93	254.943.190,89	103.292,96
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	17.704.190,22	25.318.738,45	18.295.544,90	17.778.053,59	17.824.095,83	17.458.914,87	26.918.361,91	15.756.811,23	19.781.697,94	18.828.363,31	17.848.796,78	20.597.998,23	234.111.567,26	103.292,96
Obrigações Patronais	1.637.551,76	1.663.668,05	1.630.315,38	1.642.355,80	1.649.115,84	1.641.496,51	1.390.937,19	2.719.579,58	1.562.893,41	1.739.258,06	1.727.252,35	1.827.199,70	20.831.623,63	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	401.273,09	721.199,11	286.813,36	429.265,79	435.360,01	-679.101,96	562.541,01	379.816,13	426.483,67	426.483,67	389.006,01	465.853,50	4.244.993,39	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	286.918,57	549.968,35	172.659,54	315.111,97	321.206,19	-791.801,41	391.310,31	265.662,31	297.871,03	297.871,03	262.549,32	326.739,30	2.696.066,51	0,00
Pensões	114.354,52	171.230,76	114.153,82	114.153,82	114.153,82	112.699,45	171.230,70	114.153,82	128.612,64	128.612,64	126.456,69	139.114,20	1.548.926,88	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	2.029.384,19	1.989.265,26	2.011.207,83	2.097.346,01	2.076.671,66	2.007.877,07	1.949.500,90	1.984.459,63	2.669.742,21	1.961.657,30	1.894.985,32	1.696.830,10	24.368.927,48	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	2.029.384,19	1.989.265,26	2.011.207,83	2.097.346,01	2.076.671,66	2.007.877,07	1.949.500,90	1.984.459,63	2.669.742,21	1.961.657,30	1.894.985,32	1.696.830,10	24.368.927,48	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	17.713.630,88	25.714.340,35	18.201.465,81	17.752.329,17	17.831.900,02	16.413.432,35	26.922.339,21	16.871.747,31	19.101.332,81	19.032.447,74	18.070.069,82	21.194.221,33	234.819.256,80	103.292,96

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	5.109.211.136,86	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	5.109.211.136,86	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	234.922.549,76	4,60%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	306.552.668,21	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	291.225.034,80	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	275.897.401,39	5,40%

FONTE: Sistema:SISCOF, Unidade Responsável:DEFIN, Data da emissão: 14.05.2019 e hora de emissão:10h52:02

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

José Edmundo Silva
Analista Judiciário - Contador
CRC /AP 00306/O-7

Gláucio Maciel Bezerra
Diretor DEFIN

Paulo Sérgio Alves Bezerra
Assessor Técnico de Controle Interno

Desª Sueli Pini
Vice-Presidente do TJAP